

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 20 DE

2 MAIO DE 2021.

3 Ao vigésimo dia (20°) dia do mês de maio de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e dez minutos (8h10), iniciou-se a 4 nona (9ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca. Devido a situação de emergência em 5 saúde pública da COVID-19 a reunião aconteceu no formato virtual, na plataforma de videoconferência da Prefeitura no 6 link: https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9, conforme recomendações e orientações normativas. A reunião 7 foi coordenada pelo presidente e representante titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e 8 Trabalhadores da Assistência Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião dezenove (19) 9 conselheiros(as), sendo nove (09) da Sociedade Civil e dez (10) do Poder Público, com (as)os seguintes Conselheiros(as) 10 Titulares: Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes 11 Lima, Carlos Eduardo dos Santos, Maria Aparecida Morais Oliveira, Ana Paula Pinto Marafiga, Jandira de Almeira Ramos, 12 Andrea Fernanda de Faria e Sousa, Karla Regina Messias Oliveira, Sílvia Helena Bertolino dos Santos e Leandro Ferreira. 13 Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade: Geraldine Garcia Fuga Menezes, Wagner José de Oliveira e Eder Furtado 14 Ribeiro. Conselheiros Suplentes: Claudia Maria Fragoso Cerqueira, Lais de Carvalho Souza, Irene da Conceição Silva e 15 Iara Flávia Afonso Guimarães. A reunião contou com a participação de diversos convidados da rede socioassistencial e 16 outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: 1 - Ordem do dia: - Chamada e Verificação de quorum; -17 Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes, 2. Deliberação sobre a Ata da 8ª Reunião Ordinária do CMAS. 18 3. Aprovação da pauta. 4. Assuntos — 4.1 — Proposta da Comissão de Orçamento sobre o documento MPF - Inquérito 19 Civil nº 1.34.005.000183/2019-06 - "Declínio de Atribuição" - atrasos nos repasses da União (assunto reconduzido da 20 reunião anterior); 4.2 – Apresentação de Resposta da DRADS e deliberação sobre alteração na Reprogramação de 21 Saldos - Recursos da Portaria 369/2020 - União - Pagamento de Aluguel de espaço provisório para o Serviço de 22 Acolhimento de Mulheres vítimas de violência (assunto reconduzido); 4.3 – Informações da Gestora da Assistência Social 23 sobre início da execução de Serviços Novos para população em situação de rua e instalação do Centro POP no novo 24 local; entrega de imóveis onde estavam instalados o centro pop e o serviço de família acolhedora; 4.4 – Apresentação do 25 FORTTSUAS/RF – Pesquisa COVID-19 e trabalhadores doSUAS; 4.5 – Devolutiva e Propostas de Encaminhamentos da 26 Comissão de Inscrição e Acompanhamento sobre o recebimento de planos e relatórios das entidades; 4.6 – Apresentação 27 dos trabalhos da Comissão da Conferência e proposta de planejamento da XII Conferência Municipal de Assistência 28 Social. 5 - Informes - 5.1 - Nota de Agradecimento ao CMAS pela participação na Audiência Pública - EIV; 5.2 -29 Quadro Planejamento - Acompanhamento Rede PSB e Unidades Estatais; 5.3 - Publicado o Documento Orientações 30 sobre as Conferencias Municipais de Assistência 2021 - CONSEAS/SP. A vice-presidente Maria Aparecida (Cidinha) 31 iniciou a reunião cumprimentando os conselheiros e convidados presentes, explicou a justificativa de atraso do presidente 32 Óiter e logo após passou a palavra para a Secretária Executiva, Maria Amélia Faciroli Vergara, que realizou a chamada 33 dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do quórum e a presença de quinze (15) conselheiros(as) titulares ou 34 suplentes na titularidade. Em seguida foram apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): 35 Josiane Aparecida Antunes Campos, Jussara Barreto, Gisleide Branquinho Ramos e Josiane Aline de Oliveira Freitas. Maria



37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

Amélia confirmou também o quórum necessário de leitura antecipada da ata da 8ª Reunião Ordinária do exercício de 2021, que foi aprovada sem alterações e fez a leitura da pauta, que foi aprovada sem considerações. Iniciou-se então, a apresentação do item 4.1 - Proposta da Comissão de Orçamento sobre o documento MPF - Inquérito Civil nº 1.34.005.000183/2019-06 - "Declínio de Atribuição" - atrasos nos repasses da União (assunto reconduzido da reunião anterior); Cidinha iniciou o assunto e passou a palavra para Maria Amélia que fez um resumo a respeito de todo o processo iniciado pelo CMAS até o recebimento desse documento. Disse que em 2019 o Conselho fez um relatório de fiscalização a respeito da aplicação e execução dos recursos do fundo municipal da assistência, onde foi apontada uma série de questões, que já vinham sendo apresentadas nas prestações de contas, tais como a não execução dos recursos em conta, não implantação dos serviços previstos e dentre eles, a situação de muitos atrasos nos repasses de recursos da União. Esse documento foi direcionado a diversos órgãos, inclusive o Ministério Público Estadual e Federal. Assim, a partir do recebimento do documento pela Procuradoria da República no município de Franca, foi instaurado um Procedimento de Inquérito Civil, visando apurar os atrasos de repasse de recursos da União. Esse procedimento teve alguns desdobramentos, dos quais foram solicitadas informações ao CMAS e dentre estas o envio de um relatório elaborado em 2020, onde foi realizado o levantamento sobre os recursos que o município deveria ter recebido, o que recebeu e o que deixou de ser repassado para o município nos anos de 2017, 2018 e 2019. Ao que consta no documento, a partir de outras informações coletadas a Procuradoria de Franca, declinou a atribuição para a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão - PFDC, sob a alegação de que a questão não se limitava apenas ao município de Franca, pois afetava todo o país. A PFDC solicitou informações ao Ministério de Desenvolvimento Social da União, que justificou que mediante a irregularidade no recebimento de recursos do Tesouro Nacional, foi necessária a adoção de medidas, sendo publicada uma Portaria que definiu que os repasses teriam variação de acordo com o orçamento disposto para o FNAS e este priorizaria os municípios com menor saldos nas contas. Lembrou que Franca, historicamente, fica com valores de reserva em caixa, por isso ficaram diversas parcelas a serem repassadas de 2017 a 2019. Assim, após diversos trâmites realizados, a Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão compreendeu que "não ocorreram atrasos nos repasses do FNAS aos municípios, mas sim um contingenciamento necessário, em razão da diminuição de recursos federais". O documento traz também que "não é função do MP intervir no mérito da política pública que teve que ser implantada em determinado momento, devendo apenas atuar se houver ilegalidade na execução". Neste contexto, a PFDC devolveu o caso à Procuradoria da República de Franca, sem soluções à questão levantada. Concluídas as informações, Maria Amélia pontuou que a Comissão de Orçamento propõe que o CMAS aguarde a resposta da Procuradoria de Franca para posteriormente retomar as ações. Cidinha perguntou se há prazo de resposta, para que o Conselho pense em ações nesse período, pois é uma perda de recurso para o município. Maria Amélia informou que não há prazos, contudo se não houver respostas o CMAS pode estabelecer esse prazo e questionar novamente a Procuradoria. Tina explicitou entender que o MP deve, obrigatoriamente, se manifestar, portanto o Conselho precisa aguardar a devida resposta, porém não há impedimento para outras ações cobrando financiamento para serviços do SUAS. Jandira sugeriu reiterar a solicitação devido ao tempo que o Conselho está no aguardo e não houve retorno. Cidinha lembrou o colegiado a respeito da mobilização que o município de Franca iniciou, pelo repasse integral do governo federal ao SUAS. Para complementar a fala de Cidinha, Iara informou que o prazo de



72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

adesão ao manifesto citado é até terca-feira, dia 25 de maio e que trata-se de um manifesto em defesa do repasse integral e outro pelo financiamento híbrido entre SUS e SUAS nos serviços de ILPIs. Visto que essa não é somente uma realidade do estado de SP, está sendo feito contato com municipios todo o Brasil e já houve diversas adesões. Informou ainda que esteve em contato com muitos estados e nenhum deles informou receber as parcelas integralmente do governo federal, portanto questiona-se se essa é uma questão que está vinculada apenas ao caixa dos municípios. Para finalizar, solicitou apoio de todos que puderem somar forças, especialmente de todas as OSCs inscritas no CMAS, pois esse documento retrata a situação do SUAS no Brasil. Por fim, o colegiado deliberou reiterar a solicitação junto ao governo Federal, Estadual e ALESP, e ainda aguardar a resposta da procuradoria. Decidiu-se que o ofício aos órgãos citados será encaminhado após o prazo final de adesões aos manifestos e os mesmos seguirão como anexos. Seguiu-se ao item 4.2 - Apresentação de Resposta da DRADS e deliberação sobre alteração na Reprogramação de Saldos – Recursos da Portaria 369/2020 – União – Pagamento de Aluguel de espaço provisório para o Serviço de Acolhimento de Mulheres vítimas de violência (assunto reconduzido); Cidinha introduziu o assunto e passou a palavra para Jandira, representante da gestão. Jandira explicou que, de acordo com a definição do colegiado na reunião anterior, a gestão encaminhou o questionamento à DRADS a respeito do uso de parte do recurso da Portaria 369/2020 para pagamento provisório de uma casa para sediar temporariamente o Servico de Acolhimento para Mulheres Vítimas de Violência, enquanto o prédio próprio está em reformas para adequação. Relatou que a Sr.ª Tatiana, da DRADS, respondeu acreditar que o uso é possível, uma vez que esse recurso foi destinado para ações socioassistenciais dos serviços tipificados e cofinanciado pelo SUAS e recomendou que a Secretaria faça a justificativa das alterações e juntem os documentos comprobatórios do atendimento dessas famílias, para evitar futuros prejuízos. A conselheira Tina expôs que em sua percepção a resposta dada não traz segurança para a devida ação, portanto há riscos em utilizar esse recurso para essa ação. O presidente Óiter concordou com a fala da Tina e sugeriu que a consulta deveria ser feita ao Jurídico. Iara, representante da gestão, informou e concordou que geralmente as respostas vindas destes órgãos não são tão afirmativas quanto deveriam, o uso da palavra "acredito" traz a sensação de insegurança. Contudo, a Secretária de Ação Social, Gislaine, já debateu essa questão também com a equipe de Finanças -a gestão e compreende que pode ser encaminhado dessa forma. Iara reforçou a proposta da gestão e o colegiado deliberou a favor da reprogramação de saldo. A conselheira Tina não se opôs, mas ressaltou o risco da decisão, solicitando que ficasse registrado. Passou-se ao próximo item 4.3 - Informações da Gestora da Assistência Social sobre início da execução de Serviços Novos para população em situação de rua e instalação do Centro POP no novo local; entrega de imóveis onde estavam instalados o centro pop e o serviço de família acolhedora; Cidinha introduziu o assunto e passou a palavra para Gislaine, Secretária de Ação Social. A Secretária informou ao colegiado que na terça-feira, dia 18 de maio, foram iniciados os trabalhos na nova instalação do Centro Pop (prédio do CSU), convidando os conselheiros a visitarem o espaço. A previsão para o início dos trabalhos da equipe de abordagem é para essa semana e o serviço de acolhimento em pernoite, iniciará na primeira semana de junho. Agradeceu a participação e as falas dos conselheiros na Audiência Pública realizada para apresentação do Estudo de Impacto, assim como a participação da Defensoria e Ministério Público. Disse que no dia que o trabalho foi iniciado houve uma movimentação dos munícipes em volta do prédio, mas Gislaine expôs que a equipe lidou com tranquilidade pois entendem a importância e necessidade do serviço. Com relação a antiga sede do Centro Pop,



107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

informou que foi desocupada em maio de 2020, porém não foi providenciada a entrega imediata do imóvel, como consta nos contratos da Prefeitura. Como resultado da falta de providências foi pago R\$54.926,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e vinte e seis reais) de aluguel de maio de 2020 a março de 2021. Além disso, houve uma degradação significativa do espaço e o proprietário impôs que só aceitaria a entrega com indenização dos prejuízos, após negociação obteve-se o desconto de 30% e foi pago R\$311.720,00 (trezentos e onze mil, setecentos e vinte reais) de indenização. Embora tenha sido pago com recurso próprio, esses valores "saíram" do orçamento da Secretaria de Ação Social, como consta no portal de transparência. O mesmo ocorreu com a entrega da casa que sediava o servico de Família Acolhedora, onde não iniciaram a reforma imediata do espaço, conforme prevê o contrato. Em função disso, a reforma só foi iniciada em dezembro e foi pago R\$23.683,00 (vinte e três mil, seiscentos e oitenta e três reais) de aluguel até abril de 2021 também com recurso da SEDAS. O proprietário não concordou com as reformas realizadas, porém neste caso, a prefeitura fez o depósito judicial. A conselheira Tina parabenizou a gestão pela coragem na decisão de enfrentamento ao conservadorismo dos munícipes. O Rafael, representante do IANSA, pontuou que esteve no Centro Pop para fazer uma roda de conversa sobre valorização à vida e após o evento saiu muito emocionado. Parabenizou a gestão pela reconstrução do Centro Pop e contou que durante sua visita ouviu diversas falas motivadoras dos usuários. Cidinha também agradeceu a gestão e disse à Gislaine que é muito importante para o Conselho ter esse contato próximo, como via de informação, e disse que o CMAS está sempre aberto para sua participação. Passou-se ao próximo assunto, item 4.4 - Apresentação do FORTTSUAS/RF -Pesquisa COVID-19 e trabalhadores do SUAS; Cidinha deu introdução ao assunto e passou a palavra à Laura, representante do FORTTSUAS-RF. Laura explicou que a pesquisa tem por objetivo conhecer a realidade atual dos casos de COVID-19 dos trabalhadores da Rede SUAS, como isso atinge o trabalho, uma vez que o serviço é essencial e não teve interrupção. A pesquisa pretende verificar também se ocorreram muitos afastamentos nesse período, além de levantar dados para compor a mobilização (nacional e estadual) sobre a inclusão dos trabalhadores da Rede SUAS no Plano Nacional de Imunização. Essa pesquisa é padrão em todo o estado de São Paulo e também será realizada pelos outros Fóruns. Laura, enquanto representante do Fórum solicitou o apoio do CMAS para envio do questionário às instituições, a fim de atingir todos os trabalhadores do SUAS, com prazo de resposta até 14 de junho. E por fim explicitou que o FETTSUAS informou que a Defensoria Pública Federal está acompanhando e apoiando essa luta, para garantir que todos os trabalhadores da rede, não somente os técnicos, possam se vacinar. Cidinha reforçou a importância da causa, dizendo que essa é uma defesa essencial aos trabalhadores que atuam na linha de frente, e disse saber de alguns municípios que conseguiram vacinar os profissionais da Assistência, com apoio de alguns CRESS, por isso sugeriu o envolvimento do CRESS São Paulo nessa mobilização. Por meio do chat, os conselheiros também sugeriram incluir o Conselho de Psicologia na mobilização. Tina pontuou que enxerga essa pesquisa com bons olhos, e destacou que a não inclusão dos trabalhadores da Rede no plano de vacinação é um desrespeito a essa Política. Outros conselheiros e convidados se manifestaram por meio do chat, destacando a essencialidade do serviço e a necessidade da mobilização pela Vacinação de Trabalhadores do SUAS. Irene perguntou se o questionário mantém sigilo e foi informada pela Laura que sim. Após regime de votação, o colegiado deliberou a favor do apoio do CMAS, e a Secretária Executiva aguardará o envio da pesquisa pelo FORTTSUAS para fazer o devido encaminhamento. Laura por fim, solicitou que os representantes das entidades mobilizem os trabalhadores para



142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

responderem a pesquisa. Assim, seguiu-se ao item 4.5 - Devolutiva e Propostas de Encaminhamentos da Comissão de Inscrição e Acompanhamento sobre o recebimento de planos e relatórios das entidades; Cidinha passou a palavra para Tina, integrante da Comissão de Inscrição, responsável pela apresentação das propostas. Tina explicou que a Comissão se reuniu depois do período de prazo da entrega dos Relatórios de Atividade e Planos de Ação pelas entidades inscritas no CMAS, onde trataram de avaliar a situação das instituições e assim apresentar as propostas de encaminhamento ao colegiado para deliberação. Sem citar nome das instituições Tina apresentou as questões pontuadas pela comissão, bem como a proposta de encaminhamento desta. Destacou situações de entidades que iniciaram ou suspenderam a execução de serviços e não informaram oficialmente ao CMAS e nem requereram a inscrição dos serviços novos, conforme prevê as Resoluções Normativas do CMAS nº 03.2015 e nº 08.2021. Nestes casos a comissão propôs notificar as entidades sobre estas pendências e também o Órgão Gestor, uma vez que iniciou-se a execução de serviços sem a devida inscrição no CMAS. Posteriormente deverá ser realizada uma Reunião Extraordinária para deliberar sobre a inscrição ou suspensão dos servicos destas instituições. Tina citou outras situações de três instituições que demandam a atualização do Certificado de Inscrição, inserindo os novos serviços, ou detalhando as modalidades. Relatou também que uma instituição solicitou maior prazo para a entrega dos documentos, pois tiveram afastamento de funcionários devido a infecção de COVID-19 e a comissão aprovou por compreender a situação. Em outra situação os documentos foram entregues com atraso, porém não há encaminhamentos a serem realizados. Citou também uma instituição que apresentou Plano e Relatório com informações incoerentes com o servico realizado, portanto a proposta é realizar visita na entidade e dispor de orientações. O colegiado aprovou as propostas e seguiu-se ao item 4.6 - Apresentação dos trabalhos da Comissão da Conferência e proposta de planejamento da XII Conferência Municipal de Assistência Social; Cidinha explicou que a Conferência Municipal de Assistência Social será realizada nos próximos meses e a Comissão Organizadora apresentará as propostas de planejamento da mesma, assim passou a palavra para Maria Amélia. A Secretária Executiva explicou que a Comissão vem se reunindo com frequência para elaboração da XII Conferência Municipal de Assistência Social de Franca, contudo, devido a situação de pandemia, expôs que esse será um processo desafiador considerando que há de se garantir participação, acessibilidade e segurança da população para a realização do evento. A Comissão decidiu apresentar as propostas, que ainda estão em construção, para que o colegiado possa acompanhar o processo de organização. O processo conferencial terá início em junho e finalização em agosto, com formato híbrido entre momentos online e presenciais (em pequenos grupos seguindo todas as orientações da OMS em prevenção e cuidado à contaminação do coronavírus). A seguir, Maria Amélia apresentou os detalhes de todo o Processo Conferencial, em slides. A proposta é realizar inicialmente um momento de formação de possíveis facilitadores: trabalhadores, conselheiros e usuários, sobre a temática, eixos e metodologia da conferência. Em seguida está prevista a Abertura Oficial da Conferência, na qual a temática e eixos serão apresentados por meio de Mesa de Discussão composta por um representante de trabalhadores do SUAS, um usuário e gestão. Posteriormente serão realizados Encontros Preparatórios nos territórios, no mês de Julho. Apresentou em seguida a proposta de que a Conferência seja realizada nos dias 18 e 19 de agosto, no período da manhã, das 8h às 12h, via plataforma de reunião online que comporte todos os delegados e com transmissão pelo YouTube, para acesso dos que tiverem interesse. Para finalizar, Maria Amélia reforçou que podem ocorrer alterações no planejamento, uma vez que está em processo de construção. Informou que a



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

Comissão contará como o apoio de representantes do FORTTSUAS e manifestou a importância do apoio e participação de toda a rede socioassistencial. Cidinha expôs que a Comissão apresentará ao Conselho caso hajam alterações e estão abertos a receber novas ideias a respeito do formato proposto. Em seguida o colegiado entrou em regime de votação para deliberação da data e formato proposto pela comissão e foi aprovado, sem ressalvas. Passou-se aos informes, primeiro item, número 5.1 – Nota de Agradecimento ao CMAS pela participação na Audiência Pública – EIV; Maria Amélia fez a leitura do documento, que foi encaminhado pela gestão. Referente ao item 5.2 – Quadro Planejamento – Acompanhamento Rede PSB e Unidades Estatais; explicou que, conforme deliberação do colegiado, as duplas para realizar visitas às entidades para acompanhamento foram definidas e solicitou que os conselheiros informem as datas em que a realizarão, para possibilitar o envio dos documentos referentes as Entidades. Com relação ao último item, 5.3 – Publicado o Documento Orientações sobre as Conferencias Municipais de Assistência 2021 – CONSEAS/SP; informou que às 10h do dia de hoje acontecerá uma reunião com o CONSEAS para tratar a respeito da elaboração da conferência, do qual a Comissão Organizadora se fará presente e convidou a participação do restante do colegiado. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às nove horas e cinquenta e cinco minutos (9h55), tendo sido gravada e o vídeo ficará disponível para consulta dos conselheiros que solicitarem. Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de presença.